

Companhia  
Agrícola Quatá

**Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório da Diretoria</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração de mutação do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

## **Relatório da Diretoria**

Prezados senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia Agrícola Quatá, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Adicionalmente, a Zilor está publicando as demonstrações financeiras combinadas incluindo as Companhias: Usina Barra Grande de Lençóis S.A., Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. (ambas incorporadas a Açucareira Quatá S.A. em 31 de dezembro de 2018), Açucareira Quatá S.A., Companhia Agrícola Quatá e suas controladas.

Desse modo, tendo em vista essa fidedigna correlação queremos chamar atenção para a leitura do Relatório da Administração que está sendo reportado através das demonstrações financeiras Combinadas da Zilor onde apresentamos a nossa análise relativa a performances do Grupo incluindo a Companhia Agrícola Quatá.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 25 de junho de 2020.

.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da  
Companhia Agrícola Quatá  
Lençóis Paulista – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Agrícola Quatá (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Agrícola Quatá em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras que demonstra que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e ao desempenho de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027666/F



Rafael Henrique Klug  
Contador CRC 1SP246035/O-7

# Companhia Agrícola Quatá

## Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	mar/20	mar/19	Passivo e patrimônio líquido	Nota	mar/20	mar/19
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.037	4.018	Fornecedores		13	148
Clientes e outras contas a receber	11	63.736	368.619	Empréstimos e financiamentos	17	128.841	345.845
Instrumentos financeiros derivativos	10	1.724	3.141	Impostos e contribuições a recolher	18	978	615
Adiantamentos a fornecedores		2.246	2.244	Tributos parcelados	19	530	515
Impostos a recuperar	13	220	1.177	Salários e contribuições sociais		103	446
Ativo fiscal corrente	14	498	18	Mútuo financeiro	15	-	17.443
				Adiantamento de clientes	20	14.434	-
				Outras contas a pagar		301	2.424
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>73.461</b>	<b>379.217</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>145.200</b>	<b>367.436</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	17	117.720	302.208
Clientes e outras contas a receber	11	3.831	78.372	Outras contas a pagar		-	59
				Tributos parcelados	19	3.222	3.643
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>3.831</b>	<b>78.372</b>	Dividendos a pagar	15	19.231	19.231
				Provisão para processos judiciais	21	7.859	15.914
Outros investimentos		53	53	Passivo fiscal diferidos líquido	14	175.307	162.150
Imobilizado	16	796.878	794.596	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>323.339</b>	<b>503.205</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>468.539</b>	<b>870.641</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>800.762</b>	<b>873.021</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	22		
				Capital social		77.932	77.932
				Ajustes de avaliação patrimonial		498.982	499.544
				Prejuízos acumulados		(171.230)	(195.879)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>405.684</b>	<b>381.597</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>874.223</b>	<b>1.252.238</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>874.223</b>	<b>1.252.238</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Agrícola Quatá

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Nota</u>	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
Receita operacional líquida	24	48.111	180.436
Variação no valor justo do ativo biológico	25	-	(14.229)
Custos das vendas	25	<u>(583)</u>	<u>(262.063)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<u>47.528</u>	<u>(95.856)</u>
Despesas administrativas e gerais	25	(2.883)	(5.867)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	25	-	(655)
Outras receitas operacionais líquidas	26	<u>12.503</u>	<u>416.852</u>
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>		<u>57.148</u>	<u>314.474</u>
Receitas financeiras	27	20.274	22.229
Despesas financeiras	28	<u>(38.803)</u>	<u>(89.408)</u>
<b>Financeiras líquidas</b>		<u>(18.529)</u>	<u>(67.179)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>38.619</u>	<u>247.295</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(14.532)</u>	<u>(84.675)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>24.087</u>	<u>162.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Companhia Agrícola Quatá

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
Lucro líquido do exercício	<u>24.087</u>	<u>162.620</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>24.087</u></u>	<u><u>162.620</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Agrícola Quatá

## Demonstração de mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Capital social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 1º de abril de 2018</b>	77.932	501.859	(360.814)	218.977
Lucro líquido do exercício	-	-	162.620	162.620
Realização do custo atribuído	-	(2.315)	2.315	-
<b>Em 31 de março de 2019</b>	77.932	499.544	(195.879)	381.597
Lucro líquido do exercício	-	-	24.087	24.087
Realização do custo atribuído	-	(562)	562	-
<b>Em 31 de março de 2020</b>	<u>77.932</u>	<u>498.982</u>	<u>(171.230)</u>	<u>405.684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Agrícola Quatá

## Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	mar/20	mar/19
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes dos impostos</b>		38.619	247.295
Ajustes de:			
Depreciação e amortização		786	20.826
Consumo do ativo biológico	12	-	134.433
Variação no valor justo do ativo biológico	12	-	14.229
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados		571	(15.246)
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados - "Carve-out"		-	(415.633)
Realização de ajuste a valor presente		-	(640)
Provisão para processos judiciais		(8.358)	(31)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques		-	(2.340)
Resultado com derivativos		(1.336)	-
Apropriação de encargos financeiros		104	601
Juros e variações cambiais provisionados		34.067	74.619
Juros e variações cambiais provisionados - "Carve-out"	28	(16.038)	(9.095)
Juros passivos sobre conta-corrente mercantil		-	16.932
Doações recebidas		-	(41)
Outros ajustes de resultado		1	(1.684)
Variações no capital circulante:			
Cientes e outras contas a receber		788	33.578
Estoques		-	13.103
Adiantamentos a fornecedores		(4)	(2.858)
Impostos a recuperar		20	24.409
Despesas antecipadas		-	16.024
Depósitos judiciais		90	332
Fornecedores		(135)	(15.220)
Impostos e contribuições a recolher		363	(359)
Tributos parcelados		(317)	(3.077)
Salários e contribuições sociais		(343)	(16.441)
Adiantamento de clientes		14.434	-
Partes relacionadas		(1.405)	-
Outras contas a pagar		(2.182)	(6.149)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		59.725	107.567
Instrumentos financeiros recebidos		2.753	-
Juros pagos		(1.140)	(604)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	17	(47.430)	(41.819)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		13.908	65.144
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento de recursos pela venda de imobilizados		378.921	(27.298)
Gastos com o plantio e tratos culturais		-	(106.905)
Aquisição de ativo imobilizado	16	(3.924)	(20.082)
Aquisição de ativo intangível		-	34
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos</b>		374.997	(154.251)
<b>Fluxos de caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>			
Variação de mútuo financeiro		-	110.510
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	17	15.876	7.597
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	17	(403.762)	(114.151)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		(387.886)	3.956
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		1.019	(85.151)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	9	4.018	89.169
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	9	5.037	4.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia” ou “CAQ”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista – SP. As atividades da Companhia compreendem a formação, cultivo, manutenção de culturas permanentes de cana-de-açúcar. Até 31 de dezembro de 2018 em função da reorganização comentada a seguir, a cana-de-açúcar era comercializada substancialmente com as partes relacionadas Açucareira Quatá S.A.(“AQ”), Usina Barra Grande de Lençóis S.A.(“UBG”) e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.(“AZL”), por preço que usa como referência a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA-SP.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Esse entendimento foi reforçado devido a reorganização societária realizada ao final do ano safra 18/19, destacamos a geração de lucro e caixa durante a safra 19/20, o presente desequilíbrio existente entre os passivos circulantes e os ativos circulantes que totaliza R\$ 71.739 em 31 de março de 2020, será equalizado através de rolagens de dívidas e de antecipação de recebíveis que a Companhia possui com a Açucareira Quatá S.A.

#### **Reorganização**

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Zilor, do qual a Companhia faz parte, aprovou os atos relacionados a reorganização patrimonial da Zilor, incluindo as operações: (i) incorporação das empresas UBG e AZL pela AQ e (ii) alienação de toda a atividade agrícola (exceto a terra nua) da Companhia para a AQ.

O objetivo da reorganização foi a consolidação e a integração das operações em uma única pessoa jurídica, caracterizando-se como medida de racionalização das atividades das Entidades da Zilor. A reorganização operacional, contempla a simplificação da estrutura societária, permitindo vantagens para todos os seus acionistas e consideráveis benefícios às sociedades envolvidas de ordem administrativa, financeira e econômica, com um melhor aproveitamento de seus recursos e uma perspectiva de expansão dos negócios sociais.

Especificamente para a Companhia, considerando o cenário adverso na execução de sua atividade, a reorganização patrimonial buscou uma forma de reduzir sua exposição aos riscos dessa atividade, deixando de atuar ativamente na produção de cana-de-açúcar e passando a explorar suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.

Desse modo, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia celebrou o Contrato de Venda e Compra de Estabelecimentos onde seus estabelecimentos agrícolas, exceto o seu estabelecimento matriz, composto pelo complexo de bens organizados que compreende a totalidade dos ativos agrícolas, exceto as terras próprias registradas em seu estabelecimento matriz, foram vendidos a valor de mercado conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especialista independente para a AQ.

A reorganização patrimonial também visou harmonizar-se às práticas de mercado, em que as usinas produtoras de açúcar e álcool assumem os riscos e benefícios atrelados à produção de cana-de-açúcar, enquanto as empresas donas de terras cedem seu uso e são remuneradas por meio de partilha de produção realizada por parceiros que exploram as suas terras.

Em decorrência dessa operação, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas levando-se em consideração as particularidades em cada caso, especialmente, saldos em contas de ativo com partes relacionadas.

### ***Pandemia do Covid -19***

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia

A Companhia ajustou seus fluxos de caixa previsto para um pior cenário (worst case) e ainda assim conclui que tem uma expectativa razoável de que terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente de continuidade não é material, principalmente considerando o fluxo de caixa realizado em abril e maio, quando comparado com este fluxo de caixa ajustado.

Diante dos eventos recentes decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19, a Administração da Companhia instituiu um gabinete de crise visando a preservação da saúde de seus colaboradores e familiares, a preservação de caixa, a racionalização das despesas e priorização de investimentos, essas medidas buscam fortalecer a Companhia e prepara-la para o período pós-pandemia.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do CPC e os ativos e passivos financeiros que são designados à valor justo por meio do resultado, mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentados na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras combinadas anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de junho de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- **Nota explicativa 21:** Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

#### **4.2 Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 23:** Instrumentos financeiros.

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis às normas CPCs e interpretações ainda não adotadas**

### **5.1 CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de abril de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não verificou impactos em suas demonstrações financeiras já que não possui contratos de arrendamento vigentes em 31 de março de 2020.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

## **5.2 Outras normas e interpretações vigentes a partir de 1º de abril de 2019, sem efeitos nas demonstrações financeiras**

### ***Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda***

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 – Tributo sobre o Lucro, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia não possui fiscalizações em andamento. Sendo assim, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação ICPC 22 que afetassem as políticas contábeis da Companhia, e essas demonstrações financeiras.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

## **7 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

### **a. Receita de contrato com cliente**

A Companhia reconhece a receita quando seu valor da receita possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades operacionais. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.



**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

**c. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, em 100% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço;
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado na data de transição da Companhia para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Até dezembro de 2018, as contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou impairment). Atualmente, o único cliente da Companhia corresponde à Açucareira Quatá S.A., com quem a Companhia possui parceria agrícola.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

*Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (Valor Justo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo reconhecido no Resultado);
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 23). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

---

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

---

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Ativos financeiros*

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

---

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

---

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo

e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(v) Instrumentos financeiros derivativos**

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

**f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.



O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperada*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que é esperado receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

*Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

**Ativo financeiro mensurado a custo amortizado**

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**g. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

**i. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(b)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **j. Benefícios a empregados**

### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Não foram identificados efeitos de adoções para normas ainda não efetivas que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

## 9 Caixa e equivalentes de Caixa

	mar/20	mar/19
Caixa e bancos	86	20
Aplicações financeiras	4.951	3.998
	5.037	4.018

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 79,70% (54,62% em março de 2019), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

## 10 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza como instrumento de proteção de taxas de juros operações com *Swap* de taxas de juros, contratadas para proteção da projeção em operações vinculadas a taxas variáveis.

	mar/20			mar/19		
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
<i>Swap</i> de Taxa de juros (Taxa pré x CDI)						
<i>Swap</i> de valor justo (BRL)	65.000	1.724	1.724	166.204	3.141	3.141
Ativo circulante		1.724			3.141	
		1.724			3.141	

(\*) Valores de resultados apurados no exercício findo em 31 de março de 2020 e 2019, somente para os derivativos em aberto nessas datas.

## 11 Clientes e outras contas a receber

	Nota	mar/20	mar/19
Contas a receber mercado interno		4.582	5.604
Contas a receber mercado interno - Alienação de ativos (a)	15 (b)	61.707	440.343
Provisão para perdas esperadas (b)		(2.244)	(2.244)
Outras contas a receber		3.522	3.288
		67.567	446.991
Circulante		(63.736)	(368.619)
Não circulante		3.831	78.372

(a) Os valores referem-se substancialmente a operação de alienação de ativos fruto da reorganização patrimonial onde a Companhia alienou sua operação agrícola para a AQ com previsão de recebimento de acordo com fluxo de passivos da Companhia. Esses passivos foram substancialmente liquidados durante os nove primeiros meses da Safra 2019/2020.

Os principais ativos alienados correspondem a bens do ativo imobilizado, exceto terra nua, no montante de R\$ 89.676 e lavouras de cana de açúcar avaliadas em R\$ 648.625, adicionalmente, foram transferidos para a AQ alguns passivos, principalmente relacionados as obrigações trabalhistas como salários e contribuições sociais.

(b) Os montantes referentes a perda por valor recuperável referem-se à operação de liquidação de contrato de parceria agrícola, onde a Companhia possui, junto ao ex-parceiro, saldo a receber referente a liquidações contratuais sem expectativa de monetização dos valores.

## 12 Ativos biológicos

	<b>mar/19</b>
Custo histórico	-
Valor justo	-
Ativos biológicos em	-
<b>Movimentação:</b>	<b>mar/19</b>
Saldo no início do exercício	37.678
Aumentos decorrentes de tratos culturais	32.444
Variação no valor justo	(14.229)
Redução decorrentes da colheita	(134.433)
Baixa por alienação	78.540
Saldo no final do exercício	-

Conforme descrito na nota explicativa 1, a partir de 1º janeiro de 2019, os ativos biológicos da Companhia foram adquiridos pela AQ.

## 13 Impostos a recuperar

	<b>mar/20</b>	<b>mar/19</b>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	3	3
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	217	912
Outros	-	262
Circulante	220	1.177

## 14 Imposto de renda e contribuição social

	<b>mar/20</b>	<b>mar/20</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.375)	(662)
Diferido	(13.157)	(84.013)
	(14.532)	(84.675)

**a. Composição, natureza e realização dos impostos**

	<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	69.541	(11.157)	58.384
Base negativa da contribuição social	23.945	(4.042)	19.903
Tributos Sub-júdice e honorários judiciais	799	(71)	728
Outros	7.195	1.813	9.008
	<u>101.480</u>	<u>(13.457)</u>	<u>88.023</u>
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(257.209)	290	(256.919)
Outros	(6.421)	10	(6.411)
	<u>(263.630)</u>	<u>300</u>	<u>(263.330)</u>
Efeito líquido no resultado e passivo fiscal diferido líquido	<u>(162.150)</u>	<u>(13.157)</u>	<u>(175.307)</u>

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	<b>mar/20</b>	<b>mar/19</b>
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.304	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	86.719	101.480
	<u>88.023</u>	<u>101.480</u>

A Administração preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

<b>Exercícios</b>	<b>Valor</b>
2019/2020	1.304
2020/2021	13.727
2021/2022	15.723
2022/2023	16.783
2023/2024	16.345
2024/2025	24.141
	<u>88.023</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

**b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	mar/20			mar/19		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	38.619	38.619	38.619	247.295	247.295	247.295
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(9.655)	(3.476)	(13.131)	(61.824)	(22.257)	(84.081)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Outras adições e exclusões permanentes	(1.265)	(136)	(1.401)	(505)	(89)	(594)
Tributos no resultado	(10.920)	(3.612)	(14.532)	(62.329)	(22.346)	(84.675)
Diferido	(10.920)	(3.612)	(14.532)	(62.329)	(22.346)	(84.675)
Tributos no resultado	(10.920)	(3.612)	(14.532)	(62.329)	(22.346)	(84.675)
Alíquota efetiva	28,3%	9,4%	37,6%	25,2%	9,0%	34,2%

**c. Ativo fiscal corrente**

	mar/20	mar/19
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e		
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	498	18
	498	18

(i) IRPJ e CSLL

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

**15 Partes relacionadas**

**a. Operações com pessoal-chave:**

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Decorrente da reorganização patrimonial não houveram montantes pagos referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2020 (R\$ 702 em março de 2019). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.



**b. Saldos e operações**

				mar/20
	Nota	Açucareira Quatá S.A.	Acionistas	Total
<b>Saldos</b>				
Ativo circulante				
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas (i)	11	61.707	-	61.707
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	17	2.170	-	2.170
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	17	6.379	-	6.379
Dividendos propostos (iii)		-	19.231	19.231
				mar/20
	Nota	Açucareira Quatá S.A.	Acionistas	Total
<b>Operações</b>				
Receitas operacionais		24	48.231	48.231
Receitas financeiras		27	16.038	16.038
Despesa financeira - FINEP (iv)			(1.096)	(1.096)
				mar/19
	Nota	Açucareira Quatá S.A.	Acionistas	Total
<b>Saldos</b>				
Ativo circulante				
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas (i)	11	420.831	-	420.831
Clientes e outras contas a receber - Venda de cana-de-açúcar e palha (ii)	11	19.512	-	19.512
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	17	2.173	-	2.173
Mútuo financeiro		17.443	-	17.443
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	17	8.089	-	8.089
Dividendos propostos (iii)		-	19.231	19.231
				mar/19
<b>Despesas financeiras - FINEP (iv)</b>			<b>(1.096)</b>	<b>(1.096)</b>
<b>Despesas financeiras</b>			<b>(1.096)</b>	<b>(1.096)</b>
<b>Clientes de cana-de-açúcar e palha (ii)</b>			<b>19.512</b>	<b>19.512</b>
				mar/19
<b>Operações</b>			<b>16.038</b>	<b>16.038</b>
				mar/19

- (i) Contas a receber – Vendas diversas  
Refere-se, substancialmente, a venda de ativos (*carve-out*) realizada entre a CAQ e a AQ. Os bens alienados foram avaliados a valor justo por empresa independente, remanescendo em aberto o saldo apresentado no ativo no montante total de R\$ 61.707 (420.831 em março de 2019).
- (ii) Contas a receber – Venda de cana-de-açúcar e palha  
Decorre do saldo a receber referente ao fornecimento de cana-de-açúcar para a parte relacionada AQ, fruto do contrato de parceria agrícola celebrado entre as partes a partir de 1º de janeiro de 2019. A venda é efetuada por preço de mercado balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – CONSECANA-SP.
- (iii) Dividendos a pagar  
Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2004 a CAQ procedeu à contabilização de dividendos a serem distribuídos no montante de R\$ 38.329 com a delegação de poderes à diretoria para estabelecer a forma e a época do pagamento, em uma ou mais parcelas, facultada a interrupção ou suspensão dos pagamentos a qualquer tempo, sempre que os interesses da Companhia viessem a recomendar qualquer uma dessas medidas. Em 8 de dezembro de 2010 conforme Ata de Reunião da Diretoria constou deliberado o pagamento parcial no montante de R\$ 19.098 no decorrer do exercício de 2011, remanescendo o valor de R\$ 19.231 para futura deliberação de pagamento.

**Companhia Agrícola Quatá**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de março de 2020 e 2019*

	<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	<b>Deliberado</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>
Assembleia Geral Extraordinária em 10 de dezembro de 2004				
Dividendos propostos (a)				
Companhia Agrícola Quatá	19.231	-	-	19.231
	<u>19.231</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.231</u>
Passivo circulante	<u>-</u>			<u>-</u>
Passivo não circulante	<u>19.231</u>			<u>19.231</u>

(iv) FINEP

A parte relacionada AQ contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da cana-de-açúcar e seus derivados. A Companhia como na ocasião da contratação era membro de parte dos projetos financiados firmou o contrato de financiamento como coexecutora e fiadora e, em paralelo, celebrou um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a AQ no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondentes aos projetos da Companhia, que assume proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento, mesmo após a reorganização patrimonial.

## 16 Imobilizado

### a. Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Imobilizações - entressafra	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
<b>Em 1º de abril de 2018</b>	782.883	1.669	6.436	6.768	64.399	4.070	654	3.724	9.898	262.411	1.142.912
Aquisição	-	-	2	102	676	20	7	13.869	5.406	74.461	94.543
Doações recebidas	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41
Alienação (residual)	(195)	(953)	(604)	(7.673)	(65.489)	(5.207)	(73)	(386)	(3.505)	(258.971)	(343.056)
Transferências	1.140	-	2.180	1.416	8.059	2.084	-	(14.879)	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	640	640
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(122)	-	-	(122)
Demais baixas	-	-	(4)	(60)	(995)	(1)	(2)	-	-	-	(1.062)
Depreciação	-	(33)	(461)	(553)	(6.650)	(966)	(501)	-	(11.595)	(78.541)	(99.300)
<b>Em 31 de março de 2019</b>	783.869	683	7.549	-	-	-	85	2.206	204	-	794.596
Custo total	783.869	1.802	11.209	-	-	-	93	2.206	204	-	799.383
Depreciação acumulada	-	(1.119)	(3.660)	-	-	-	(8)	-	-	-	(4.787)
Valor líquido	783.869	683	7.549	-	-	-	85	2.206	204	-	794.596
<b>Em 31 de março de 2019</b>	783.869	683	7.549	-	-	-	85	2.206	204	-	794.596
Aquisição	3.655	-	-	-	-	-	-	-	269	-	3.924
Alienação (residual)	(856)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(856)
Depreciação	-	(11)	(435)	-	-	-	(11)	-	(329)	-	(786)
<b>Em 31 de março de 2020</b>	786.668	672	7.114	-	-	-	74	2.206	144	-	796.878
Custo total	786.668	1.802	11.209	-	-	-	93	2.206	144	-	802.122
Depreciação acumulada	-	(1.130)	(4.095)	-	-	-	(19)	-	-	-	(5.244)
Valor líquido	786.668	672	7.114	-	-	-	74	2.206	144	-	796.878
<b>Valor líquido de:</b>											
Custo histórico	30.850	672	7.114	-	-	-	74	2.206	144	-	41.060
Mais-valia	755.818	-	-	-	-	-	-	-	-	-	755.818
	786.668	672	7.114	-	-	-	74	2.206	144	-	796.878
Vida útil		de 25 a 50 anos	de 12,5 a 25 anos	de 5 a 20 anos	de 4 a 13 anos	de 5 a 10 anos	de 3 a 10 anos			de 5 a 6 anos	

## 17 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	mar/20	mar/19
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	8,98	PRÉ	23.909	39.408
Linhas do BNDES	3,44	TJLP	26.825	38.742
Linhas do BNDES	4,04	SELIC	8.421	10.643
FINEP - Repasse de recursos - Mútuo financeiro	3,52	PRÉ	8.549	10.262
Crédito rural	6,58	PRÉ	3.517	161.163
Capital de giro	11,07	PRÉ	143.806	254.397
Capital de giro	2,60	+ CDI	31.534	133.438
			246.561	648.053
Circulante			(128.841)	(345.845)
Não circulante			117.720	302.208

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	mar/20	mar/19
De 13 a 24 meses	-	190.219
De 25 a 36 meses	48.127	45.560
De 37 a 48 meses	43.294	40.727
De 49 a 60 meses	21.361	19.486
De 61 a 72 meses	2.890	4.169
De 73 a 84 meses	1.980	1.978
De 85 a 96 meses	68	69
	117.720	302.208

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2020:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2019	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2020
<i>Empréstimos e financiamentos</i>						
Moeda Nacional	648.053	15.876	403.762	47.430	33.824	246.561
<b>Total</b>	648.053	15.876	403.762	47.430	33.824	246.561

### a. Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos na data de 31 de março de 2020 foi de 9,5% a.a. (9,31% a.a. em março de 2019). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 35.140 (R\$ 62.283 em março de 2019) (nota explicativa 28).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 47.430 (R\$ 41.819 em março de 2019), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 76 (R\$ 3.240 em março de 2019) (nota explicativa 27). Considerando R\$ 47.354 (R\$ 38.579 em março de 2019).

## 18 Impostos e contribuições a recolher

	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
IRRF- Imposto de Renda Retido na Fonte	921	433
Outros	57	182
	<u>978</u>	<u>615</u>

## 19 Tributos parcelados

	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
INSS - verbas sobre a folha de salários	2.773	2.998
INSS - salário educação	655	776
PIS - sobre faturamento - Lei 10.637/2002	324	384
	<u>3.752</u>	<u>4.158</u>
Circulante	(530)	(515)
	<u>3.222</u>	<u>3.643</u>

Os tributos parcelados referem-se a fatos anteriores a reorganização patrimonial, sendo assim, permaneceram sob responsabilidade da Companhia.

## 20 Adiantamentos a clientes

Refere-se a adiantamentos recebidos em decorrência de contrato de parceria agrícola firmado com a Açucareira Quatá S.A. no montante de R\$ 14.434 e que serão compensados até o final do exercício com a entrega de cana-de-açúcar referentes a cota parte da Companhia no contrato de parceria.

## 21 Provisão para processos judiciais

	<u>1º de abril de 2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31 de março de 2020</u>
Tributárias	16.622	3.835	(15.130)	213	5.540
Trabalhistas	1.755	3.152	(215)	-	4.692
	<u>18.377</u>	<u>6.987</u>	<u>(15.345)</u>	<u>213</u>	<u>10.232</u>
(-) Depósitos judiciais	(2.463)	(219)	309	-	(2.373)
	<u>15.914</u>	<u>6.768</u>	<u>(15.036)</u>	<u>213</u>	<u>7.859</u>

	<u>1º de abril de 2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31 de março de 2019</u>
Tributárias	16.374	-	-	248	16.622
Trabalhistas	1.786	492	(523)	-	1.755
	18.160	492	(523)	248	18.377
(-) Depósitos judiciais	(2.795)	(210)	542	-	(2.463)
	<u>15.365</u>	<u>282</u>	<u>19</u>	<u>248</u>	<u>15.914</u>

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela Companhia e com o auxílio dos seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 142.390 em março de 2020 (R\$ 10.683 em março de 2019). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

## 22 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

### b. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

### d. Dividendos propostos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento. Nesse exercício, considerando o cenário de prejuízo acumulado, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído.

## 23 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	mar/20				Hierarquia do
	Valor contábil				valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4.951	-	-	4.951	4.951
Instrumentos financeiros derivativos	1.724	-	-	1.724	1.724
<b>Total</b>	<b>6.675</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.675</b>	<b>6.675</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	86	-	86	86
Clientes e outras contas a receber	-	67.567	-	67.567	67.567
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>67.653</b>	<b>-</b>	<b>67.653</b>	<b>67.653</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Fornecedores	-	-	13	13	13
Adiantamento de clientes	-	-	14.434	14.434	14.434
Empréstimos e financiamentos	-	-	246.561	246.561	246.561
Outras contas a pagar	-	-	301	301	301
Dividendos a pagar	-	-	19.231	19.231	19.231
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>280.540</b>	<b>280.540</b>	<b>280.540</b>

	mar/19				Hierarquia do
	Valor contábil				valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	3.998	-	-	3.998	3.998
Instrumentos financeiros derivativos	3.141	-	-	3.141	3.141
<b>Total</b>	<b>7.139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.139</b>	<b>7.139</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	20	-	20	20
Clientes e outras contas a receber	-	446.991	-	446.991	446.991
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>447.011</b>	<b>-</b>	<b>447.011</b>	<b>447.011</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Fornecedores	-	-	148	148	148
Empréstimos e financiamentos	-	-	648.053	648.053	648.053
Outras contas a pagar	-	-	2.483	2.483	2.483
Dividendos a pagar	-	-	19.231	19.231	19.231
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>669.915</b>	<b>669.915</b>	<b>669.915</b>

### b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é minimizado principalmente pelo fato de que a operação é substancialmente realizada com sua parte relacionada AQ em função do contrato de parceria agrícola.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Não houve mudança relevante na redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes decorrente da utilização do método atual.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.



A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

#### Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

							mar/20
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	13	13	13	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	246.561	272.780	90.598	45.738	58.221	78.153	70
Outras contas a pagar	301	301	301	-	-	-	-
	<u>246.875</u>	<u>273.094</u>	<u>90.912</u>	<u>45.738</u>	<u>58.221</u>	<u>78.153</u>	<u>70</u>
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	148	148	148	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	648.053	717.156	275.043	94.841	206.966	59.420	80.886
Mútuo financeiro	17.443	17.443	17.443	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.483	2.483	2.424	-	-	59	-
	<u>668.127</u>	<u>737.230</u>	<u>295.058</u>	<u>94.841</u>	<u>206.966</u>	<u>59.479</u>	<u>80.886</u>

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.

#### (iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

## 24 Receita operacional líquida

	mar/20	mar/19
Receita bruta de venda	48.231	187.530
Impostos sobre vendas	(120)	(5.431)
Abatimentos sobre vendas	-	(1.663)
	48.111	180.436

Os exercícios comparativos apresentam reflexos da implementação da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1 a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual, a Companhia deixou de atuar ativamente na produção de cana-de-açúcar e passou a explorar suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola. O mesmo é válido para nota explicativa 16.

## 25 Despesas operacionais por natureza

	mar/20	mar/19
Despesa com pessoal	1.136	65.988
Depreciação e amortização	506	8.709
Serviços prestados por terceiros	327	22.069
Materiais de uso e consumo	-	34.872
Variação no custo de formação do ativo biológico e despesas de entressafras	-	49.289
Insumos agrícolas	-	38.434
Arrendamento de terras	-	38.382
Compra de cana-de-açúcar	-	5.216
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	655
Provisão (reversão) de contingências trabalhistas	-	(2.339)
Variação no valor justo do ativo biológico (nota explicativa 12)	-	14.229
Outros gastos	1.497	7.310
	3.466	282.814
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	583	262.063
Variação do valor justo do ativo biológico	-	14.229
Despesas administrativas e gerais	2.883	5.867
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	655
	3.466	282.814

## 26 Outras receitas operacionais líquidas

	mar/20	mar/19
Recuperação de outras despesas (i)	15.069	502
Resultado venda imobilizado - lavoura	1.010	415.633
Custo com revendas mercadorias	(6.408)	(688)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(31)
Outras	2.832	1.436
	12.503	416.852

(i) Refere-se a reversão de algumas contingências tributárias que a Companhia possuía.

## 27 Receitas financeiras

	mar/20	mar/19
Juros operação <i>Carve-Out</i> (i)	16.038	9.095
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	3.972	9.613
Juros sobre atualização de créditos tributários	188	270
Juros sobre aplicações financeiras	76	3.240
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	-	11
	20.274	22.229

(i) Referem-se a atualização decorrente do saldo à receber pela venda da atividade agrícola realizada em 31 de março de 2019, com a AQ.

## 28 Despesas financeiras

	mar/20	mar/19
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(35.140)	(62.283)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(2.240)	(7.870)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(758)	(602)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(348)	(415)
Juros sobre demais operações	(317)	(1.306)
Juros sobre conta-corrente mercantil	-	(16.932)
	(38.803)	(89.408)

## 29 Compromissos

A Companhia possui compromissos de venda de cana-de-açúcar com sua parte relacionada AQ decorrente do contrato de parceria agrícola até 2032, com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser vendida é calculada em função da parcela do fruto que lhe cabe no contrato de parceria agrícola por área geográfica. O montante a ser recebido pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

### **30 Avais, fianças e garantias**

A Companhia é avalista de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
Açucareira Quatá S.A.	600.000	-
	<u>238.503</u>	<u>1.780.093</u>
	<u>838.503</u>	<u>1.780.093</u>

A Companhia Agrícola Quatá concedeu garantia a Açucareira Quatá S.A que captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R\$ 600.000, em favor da True Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), no montante de R\$600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 14 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 15 de outubro de 2021.

### **31 Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais, entretanto, foram substancialmente reduzidas em função da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1. Mesmo assim, a Companhia em harmonia com as demais empresas da Zilor diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

\* \* \*

Companhia Agrícola Quatá  
CNPJ: 45.631.926/0001-13

### **Diretoria Executiva**

#### **Diretores**

Fabiano José Zillo

Marcos Ponce de Leon Arruda

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior  
CRC: SP-253903/O-2